MARCELO RODRIGUES DA SILVA

GESTÃO DESCENTRALIZADA DA FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Gestão Empresarial no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Empresarial do Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Steiner Neto

Curitiba

2009

Dedico a presente Monografia:
à minha esposa, Ana Paula;
à minha filha, Camilla;
e aos meus pais, Pedro Paulo e Márcia.

RESUMO

Trata o presente trabalho de pesquisa sobre a Gestão Descentralizada que a Fundação de Ação Social de Curitiba – FAS tem como diretriz. Inicialmente, após introdução ao tema, foram feitas as perguntas de pesquisa e a devida justificativa para realização da mesma. Posteriormente, foi conceituado Gestão Pública Municipal de Curitiba, Gestão Descentralizada e Assistência Social. Seqüencialmente foram apresentados os programas que a FAS desenvolve para atendimento da população socialmente vulnerável. Finalizando, foram apresentados os resultados que a FAS tem alcançado e sua evolução desde 2005.

Palavras-chave: Gestão descentralizada - assistência social – gestão pública

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa de Curitiba dividido em regionais 10
FIGURA 2 – Organograma da FAS 11
FIGURA 3 – Organograma dos escritórios regionais da FAS 11
FIGURA 4 – Missão, diretrizes e mudanças de paradigmas da FAS em 2004 18
FIGURA 5 – Disposição atual dos CRAS e Unidades de Atendimento 19
FIGURA 6 – Logotipo do Programa Liceu de Ofícios 22
FIGURA 7 – Logotipo do Programa Criança quer futuro não quer esmola 23
FIGURA 8 – Logotipo do Programa Empório Metropolitano 23
FIGURA 9 – Logotipo do Programa Amigo Curitibano 24
FIGURA 10 – Logotipo do Programa Curitiba Solidária 25

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de atendimentos de Capacitação Profissional nos Liceus de Ofícios de 2004 à 2008 22
GRÁFICO 2 – Número de produtores cadastrados no Programa Empório Metropolitano de 2006 à 2008 24
GRÁFICO 3 – Número de voluntários do Programa Curitiba Solidária de 2006 à 2008 25
GRÁFICO 4 – Número de atendimentos às famílias na rede de proteção social básica de 2006 à 2008 25

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7
1.1 Pergunta da Pesquisa 7
1.2 Objetivos 7
1.2.1 Objetivo Geral 7
1.2.2 Objetivos Específicos 7
1.3 Justificativa 8
2. REVISÃO DE LITERATURA 9
2.1 Gestão Pública do Município de Curitiba 9
2.2 Gestão Descentralizada 11
2.3 Assistência Social 13
3. METODOLOGIA 15
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS 17
4.1 Histórico da implantação da Gestão Descentralizada na FAS 17
4.2 Funcionamento atual da Gestão Descentralizada da FAS 19
4.3 Papel da FAS no atendimento à população socialmente vulnerável 20
4.4 Programas municipais de atendimento à população socialmente vulnerável. 21
4.5 Resultados da Gestão Descentralizada da FAS 26
5. CONCLUSÃO 28
5.1 Dificuldades e sugestões 28
6. REFERÊNCIAS 29
APÊNDICE A – Transcrição da entrevista na FAS 31

1 INTRODUÇÃO

A Fundação de Ação Social de Curitiba – FAS é a gestora e articuladora da política de assistência social da cidade de Curitiba. Através de vários serviços a FAS procura atender a população socialmente vulnerável, de todas as faixas etárias, sempre conforme as proteções afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social.

A FAS tem como objetivo principal desenvolver e implementar a política de assistência social do município e para alcançar este objetivo possui várias diretrizes, sendo uma delas a gestão descentralizada. Este conceito administrativo, que trata essencialmente de distribuição de poder de decisão dentro da organização, iniciou na Fundação a partir de 1990 e apresentou sua implementação plena a partir dos CRASs – Centros de Referências da Assistência Social e está presente nos principais programas que a FAS oferece, com destaque para os programas Liceu de Ofícios, Criança quer futuro não quer esmola, Empório Metropolitano, Amigo Curitibano e Curitiba Solidária.

1.1 Pergunta de pesquisa

De que forma a gestão descentralizada da Fundação de Ação Social de Curitiba tem influenciado no atendimento à população?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como a gestão descentralizada da Fundação de Ação Social de Curitiba tem influenciado no atendimento à população.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Identificar o histórico de implantação da gestão descentralizada da Fundação de Ação Social de Curitiba;

- Identificar modo de gestão e como funciona a gestão descentralizada da Fundação de Ação Social de Curitiba;
- Identificar o papel da Fundação de Ação Social de Curitiba no atendimento à população socialmente vulnerável;
- Identificar os programas municipais de atendimento à população socialmente vulnerável;
- Analisar de que maneira o modo de gestão descentralizada tem influenciado os resultados obtidos pela FAS quanto à sua função.

1.3 Justificativa:

A assistência social é um dos principais temas que um gestor público brasileiro deve se preocupar tendo em vista a realidade social brasileira.

A Prefeitura de Curitiba tem como sua principal interface com a população socialmente vulnerável a Fundação de Ação Social – FAS. Os princípios de gestão adotados pela FAS devem ser suficientemente ágeis de modo a tornar possível o atendimento de um município com a população de Curitiba, que é de aproximadamente um milhão e oitocentas mil pessoas, divididas em 75 bairros.

Tendo em vista que a FAS adotou a prática da gestão descentralizada, esta pesquisa é importante para verificar se tal prática está funcionando corretamente e se o funcionamento garante à população um atendimento satisfatório.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Gestão Pública do Município de Curitiba

O município de Curitiba é pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, regido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal. Esta lei estabelece a organização do município, a organização dos poderes, a tributação e os orçamentos e a ordem econômica e social.

Quanto à organização municipal, o município conta com os poderes executivo e legislativo, cada qual com suas competências.

O poder executivo tem como dirigente máximo o prefeito, que juntamente com o Vice-Prefeito, os secretários municipais e Presidentes das Entidades da Administração Indireta, competem colocar em prática as políticas públicas no âmbito municipal, conforme Art. 13 da Lei Orgânica:

> Art.13. Compete ao Município, respeitadas as normas de cooperação fixadas em lei complementar, de forma concorrente-cumulativa com a União e o Estado:
> I. Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.
> II. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
> III. Proteger os documentos, os monumentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
> IV. Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
> V. Proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
> VI. Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
> VII. Preservar as florestas, a fauna e a flora.
> VIII. Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
> IX. Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
> X. Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
> XI. Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.
> XII. Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Para maior êxito da gestão municipal, Curitiba é dividida em Administrações Regionais que contam com estrutura própria para atendimento mais efetivo ao cidadão. Atualmente, são 9 regionais em funcionamento, conforme se observa no mapa, figura 1.

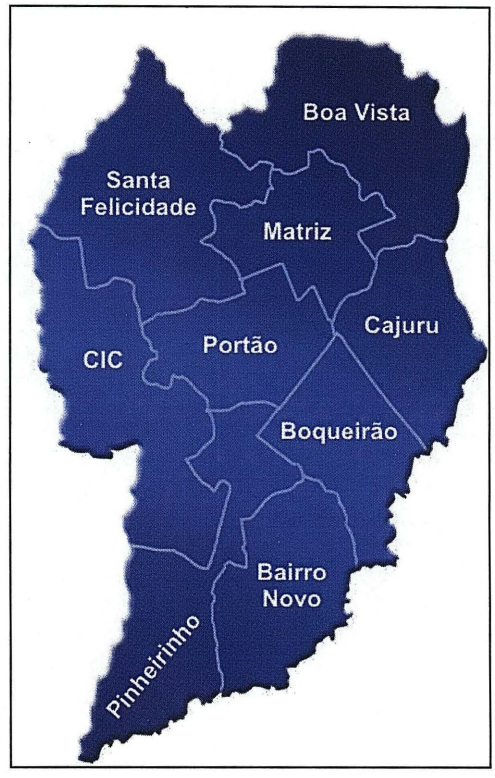

Figura 1 – Mapa de Curitiba dividido em regionais

A assistência social está contemplada no inciso X do supracitado artigo e é neste viés que a FAS atua, buscando a promoção da integração social dos setores desfavorecidos. Para operacionalização da FAS ela conta, além da Administração Central que fica na Rua Eduardo Sprada, 4.520 no Campo Comprido em Curitiba, com a estrutura das Administrações Regionais de Curitiba.

O organograma da administração central da FAS está demonstrado na Figura 2.

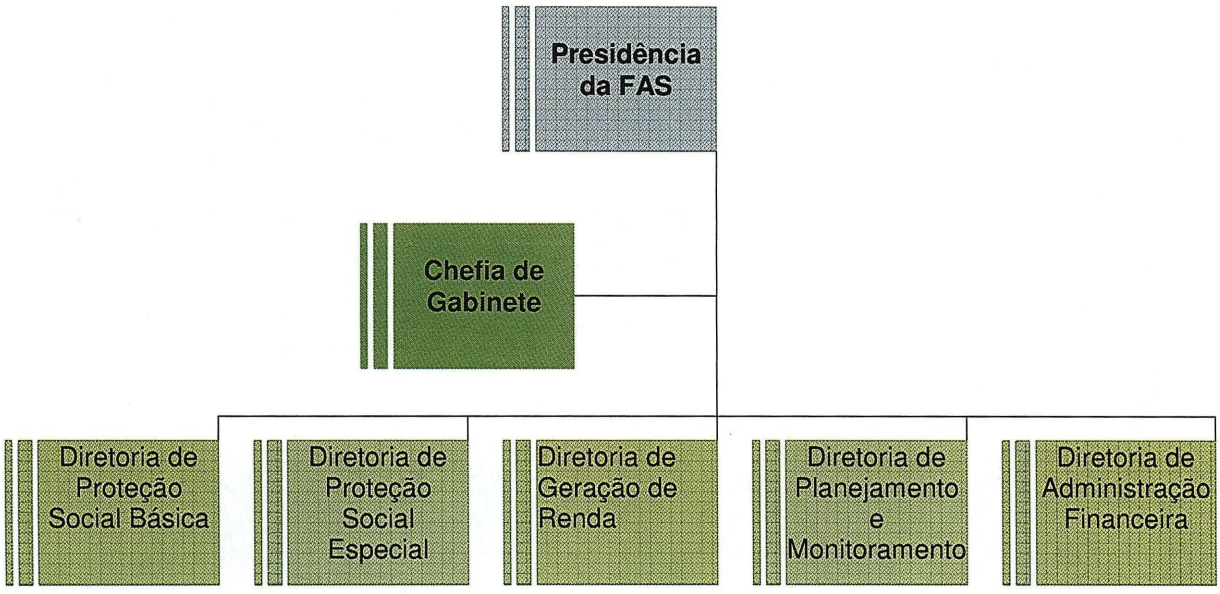

Figura 2 – Organograma da FAS

Os escritórios da FAS nas regionais têm organograma bastante similar, excetuando-se somente as Diretorias de Planejamento e Monitoramento e Diretoria de Administração Financeira, conforme figura 3.

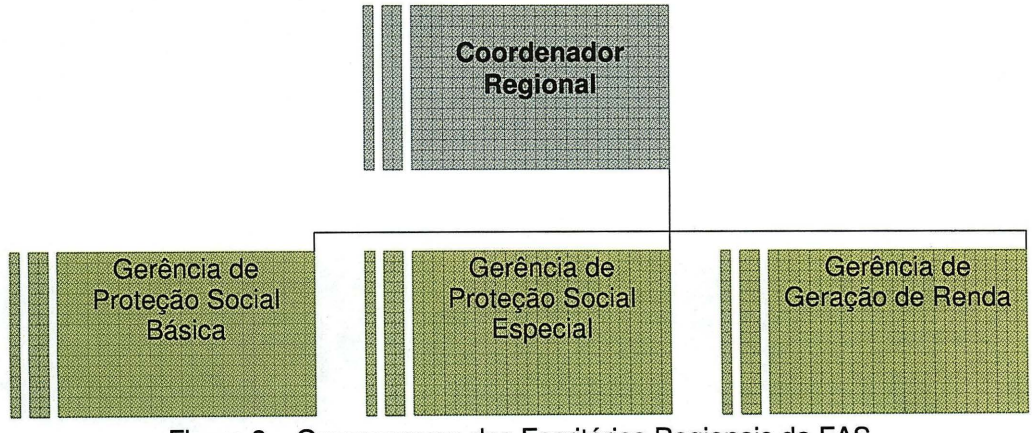

Figura 3 – Organograma dos Escritórios Regionais da FAS

2.2 Gestão Descentralizada

A descentralização tem sido tema presente em inúmeros estudos elaborados por diversos autores, os quais chamam a atenção para os diferentes sentidos e interpretações atribuídas ao termo. Para Robbins (2002), a descentralização acontece "quando pessoal de nível inferior fornece subsídios ou é de fato dotado de arbítrio para tomar decisões" e para Hampton (1992) a descentralização trata

efetivamente da distribuição de autoridade e "quando eles (os administradores) dispersam ao longo dos níveis mais baixos (a autoridade), o processo chama-se descentralização".

Muitas vezes, o termo descentralização é empregado como sinônimo de desconcentração. Lobo (1990) ressalta que é indevido "... confundir-se os conceitos e aceitar-se a desconcentração como descentralização... pois ... está-se encobrindo as dificuldades do encaminhamento concreto desta última". A autora adverte para o fato de que a descentralização modifica profundamente a estrutura de poder, porque irá distribuí-lo, ao passo que a desconcentração, apesar de ser instrumento eficaz de ação do governo, não vai interferir com o poder centralizado, visto que distribuirá tão somente competências. Ugá (1991) entende que a descentralização implica "... uma redistribuição dos espaços - ou objetos - de decisão (isto é, encargos) e de meios para executá-la (isto é, recursos físicos, financeiros e humanos) e nesse sentido inclui a desconcentração". Diante disto, infere-se que apesar de descentralização e desconcentração serem processos diferentes, há uma relação intrínseca entre eles, de tal forma que a primeira facilita a segunda, sendo a desconcentração indispensável à descentralização. Portanto, a desconcentração pode ocorrer sem a descentralização, mas nunca o contrário. Nessa mesma linha, Teixeira, S.M.F. (1990) salienta que "a problemática da descentralização trata fundamentalmente da distribuição do poder e da atribuição de competências às diferentes esferas de governo".

Quando só ocorre a distribuição de competências, está-se frente a uma desconcentração; quando se distribui poder, concede-se poder decisório, ou seja, aumenta-se a autonomia em seus aspectos políticos, administrativos e financeiros e, por conseguinte, há descentralização.

A descentralização possibilita, segundo Robbins (2002), que "a ação pode ser empreendida com maior rapidez para resolver problemas, mais pessoas contribuem para as decisões e é menos provável que os funcionários se sintam alienados em relação àqueles que tomam as decisões". De fato, os gestores procuram a descentralização visando alcançar esses princípios, porém, Hampton (1992) nos alerta que "a descentralização não é uma panacéia. Não pode ser simplesmente imposta em qualquer situação esperando-se, ao mesmo tempo, que funcione bem".

Desta forma, antes da aplicação da descentralização como forma de gestão deve ser realizada uma profunda reflexão se a mesma é a melhor maneira de conduzir a organização.

2.3 Assistência Social

A partir da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), novos conceitos e novos modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil, sendo colocada como "direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social." Hoje, assistência social é dever do Estado e direito do cidadão. É política pública e, como tal, faz parte da Seguridade Social. Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos da população relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A assistência social é parte integrante das ações que visam garantir direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todos os brasileiros.

A lei orgânica do município de Curitiba, estabelece em seus artigos 162 e 163 que:

> Art. 162. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e terá por objetivo:
> I. A proteção à família, à infância, à adolescência e velhice.
> II. O amparo às crianças e aos adolescentes carentes.
> III. A promoção da integração ao mercado de trabalho.
> IV. A reabilitação e habilitação das pessoais portadoras de excepcionalidade, e sua integração à vida comunitária.
> Art. 163. As ações na área social serão custeadas na forma do art. 195 da Constituição Federal e organizadas com base nos seguintes princípios:
> I. Coordenação e execução dos programas de sua esfera pelo Município.
> II. Participação do povo na formulação das políticas e no controle das ações.

Este é o novo paradigma, o novo modelo da assistência social no Brasil, onde não há mais lugar para troca de favores ou para atuação paternalista. O novo paradigma pode ser traduzido em ações e atividades voltadas à promoção humana

e ao desenvolvimento social, como garantia de condições de sobrevivência, em sua plenitude, a todos os brasileiros em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Assim como a política de assistência social precisa ter centralidade na família, também precisa ter foco. O beneficiário da assistência social é a população em situação de risco social (baixo capital social), que deve ser transformada em sujeito de seu processo de promoção, investida de direitos, mas também de responsabilidade. A prioridade absoluta deve ser para a situação de extremo risco. Dentro desse novo referencial da assistência social, é preciso fazer um mapeamento, ou seja, saber onde se localizam as populações sujeitas à vulnerabilidade e à exclusão social, e também o planejamento e a execução de atividades capazes de superar as situações identificadas.

Esse trabalho tem por base, especialmente, a articulação entre Estado e Sociedade Civil – onde se incluem as entidades sociais, filantrópicas e beneficentes, as organizações governamentais e não-governamentais, associações de moradores, enfim, todas as organizações de caráter público e sem fins lucrativos – para o desenvolvimento das atividades de promoção humana e desenvolvimento social que garantam o acesso à condição de cidadania.

3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa aplicada no presente estudo foi a pesquisa descritiva que, segundo Triviños (1987), tem por finalidade "descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade".

Como etapa preparatória da pesquisa, que para Köche (1997), deve "traçar o curso de ação que deve ser seguido no processo de investigação científica", foram utilizados como dados secundários os seguintes instrumentos de coleta e análise de dados:

- Análise documental nos Relatórios de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba de 2004 à 2008;
- Análise documental mediante pesquisa em *folders* da FAS bem como pesquisa no sítio da FAS: www.fas.curitiba.pr.gov.br.

Desta forma, conforme ensina Cobra (2009), "examinar dados secundários é pré-requisito para coletar dados primários. Ajuda a definir o problema de pesquisa e formular hipóteses acerca da solução".

Antes de ir a campo foi realizada a revisão da base teórica conceitual, mediante pesquisa bibliográfica sobre os temas levantados.

No segundo momento da pesquisa, que para Minayo (2002) "combina entrevistas, observações, levantamento de material documental, bibliográfico, instrucional" foi realizada uma entrevista com a Sra. Ana Luisa Suplicy Gonçalves, Coordenadora de Projetos da Diretoria de Planejamento da Fundação de Ação Social de Curitiba. Ainda, foram realizadas observações na FAS presente na Regional Cajuru. Em ambos os casos, se procedeu a uma pesquisa qualitativa que para Cobra (2009) busca "aprofundar conhecimento acerca de algumas coisas que não podem ser observadas diretamente".

Todas estas etapas foram realizadas visando a construção do conhecimento que, na visão de Limoeiro Cardoso (*apud* MINAYO, 1996):

> O conhecimento se faz a custo de muitas tentativas e da incidência de muitos feixes de luz, multiplicando os pontos de vista diferentes. A incidência de um único feixe de luz não é suficiente para iluminar um objeto. O resultado dessa experiência só pode ser incompleto e imperfeito, dependendo da perspectiva em que a luz é irradiada e da sua intensidade. A incidência a partir de outros pontos de vista e de outras intensidades luminosas vai dando formas mais definidas ao

> objeto, vai construindo um objeto que lhe é próprio. A utilização de outras fontes luminosas poderá formar um objeto inteiramente diverso ou indicar dimensão inteiramente nova ao objeto.

Assim, combinando os dados resultantes das técnicas supracitadas foi elaborado o presente estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 Histórico da implantação da Gestão Descentralizada

O início do processo de descentralização da FAS aconteceu simultaneamente ao processo de descentralização da Prefeitura de Curitiba, em meados da década de 90, tendo como principal mote da administração a criação e consolidação das Ruas da Cidadania.

As Ruas da Cidadania são instituições criadas pela Prefeitura de Curitiba com o objetivo de descentralizar órgãos públicos, facilitando o acesso da população a diversos serviços, nas áreas de saúde, justiça, policiamento, educação, esporte, habitação, meio ambiente, urbanismo, serviço social e abastecimento, entre outras atividades, tendo sido a primeira Rua da Cidadania inaugurada em 1995 no Carmo.

Desde então, fisicamente a FAS passou a atuar de maneira descentralizada e no decorrer dos últimos anos tem feito também a sua forma de gestão incorporar a descentralização.

Em 2001, a FAS iniciou um processo que buscava rever os reais objetivos das ações por ela desenvolvidas, processo este que chegou a conclusão de que qualquer intervenção que busque a mudança de realidade da população carente só pode ser consistente na medida em que o trabalho for desenvolvido de forma intersetorial e fundamentado nisso, desenvolveu como diretrizes a integração, intersetorialidade e descentralização das ações, com foco no território, tendo como eixo principal a família.

Para pôr em prática essa nova forma de ver a ação social, foram estabelecidos novos paradigmas, principalmente desaparecendo a cultura da visão compartimentada em programas, da procura espontânea e da dependência da população. No lugar dessas orientações, surgiram a busca ativa, a visão sistêmica baseada no território e na família, o fomento à auto-sustentabilidade e co-responsabilidade da comunidade, conforme demonstra a figura 4, que foi apresentada no Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba referente ao ano de 2004.

Figura 4 – Missão, diretrizes e mudanças de paradigmas da FAS em 2004

Em 2005, todo o processo culminou na criação dos Centros de Referência da Assistência Social – CRASs, que são unidades públicas estatais espalhadas pela cidade, localizadas estrategicamente perto da população socialmente vulnerável. Neste contexto, em atendimento às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social que implantou o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, os serviços foram reorganizados em dois níveis de proteção social: básica e especial, que tem focos e públicos diferentes. Nos CRASs é feito a proteção social básica e se necessário é acionado a unidade especializada que faz a proteção social especial.

4.2 Funcionamento atual da Gestão Descentralizada da FAS

Com a implantação dos CRASs, a descentralização do atendimento à família se moldou à forma como nos dias atuais é realizada e, desde 2005, o número de CRAS em funcionamento aumentou de 17 para 27 em 2008, o que possibilitou a este espaço chegar cada vez mais próximo da população atendida, ou seja, foi efetivada a descentralização física. A disposição atual dos CRAS e das Unidades de Atendimento pode ser vista na Figura 5.

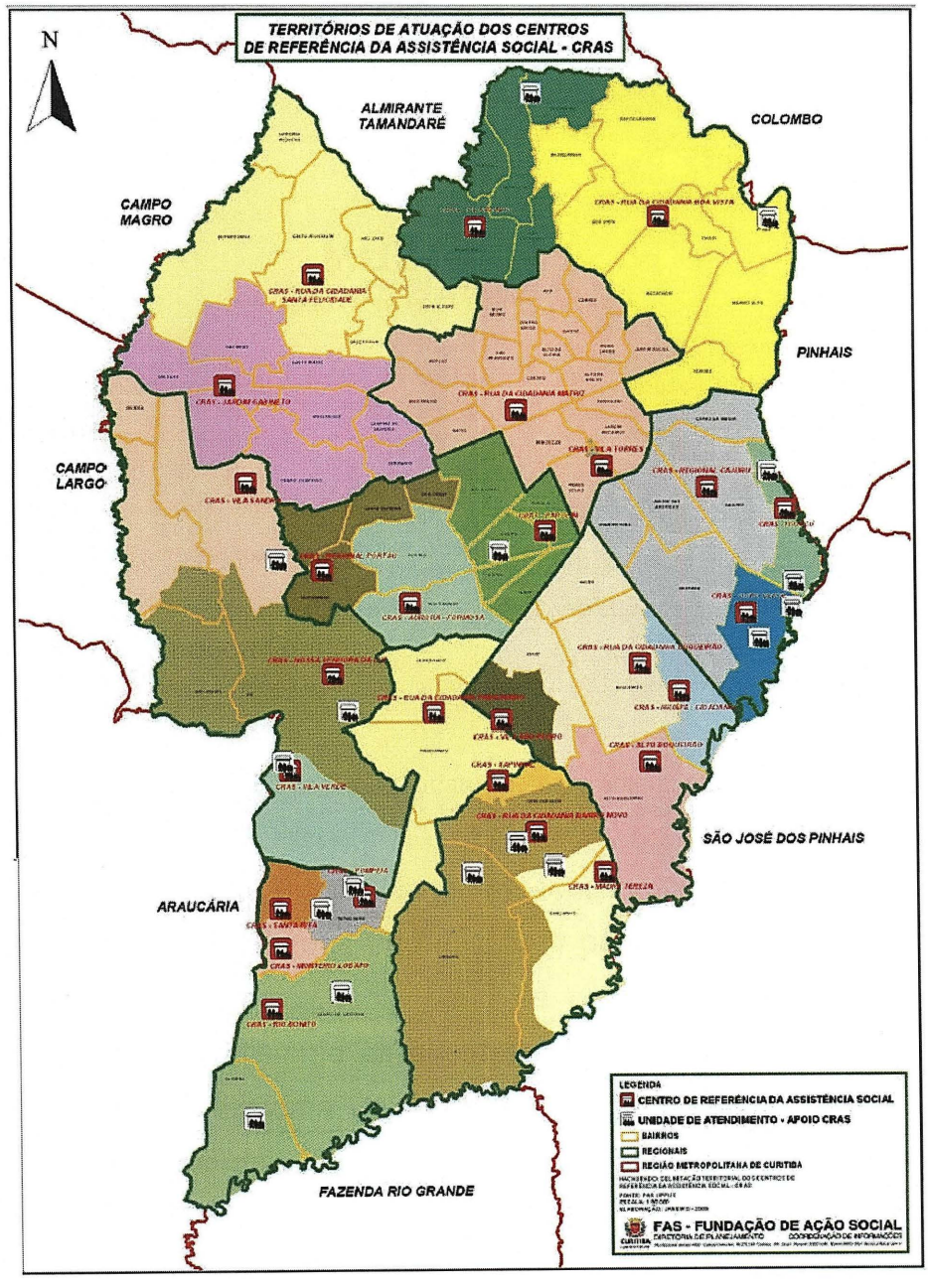

Figura 5 – Disposição atual dos CRAS e Unidades de Atendimento.

Para prestação dos serviços de sua competência, os CRAS contam com equipe técnica composta de no mínimo um coordenador e quatro técnicos com formação superior além de pessoal de apoio, sendo realizadas reuniões periódicas para alinhamento de orientações e procedimentos. Os técnicos que estão diretamente em contato com as famílias atendidas têm poder de decisão sobre encaminhamentos aos diversos programas municipais e assim configura-se a descentralização propriamente dita, ou seja, descentralização de poder. Conforme informou a Sra. Ana Luisa, Diretora de Planejamento da FAS, nenhuma pessoa precisa se deslocar para a Matriz para ser atendida.

4.3 Papel da FAS no atendimento à população socialmente vulnerável

Segundo o Relatório de Gestão 2008 apresentado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, a Fundação de Ação Social é responsável pela gestão plena da Política Municipal de Assistência Social em Curitiba e atua de forma integrada com órgãos governamentais e instituições não-governamentais que compõem a rede socioassistencial do município.

Ainda em 2007, os esforços foram dirigidos à consolidação da nova forma de atuação da assistência social no município, atendendo às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que implantou o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, à expansão e ao aprimoramento da rede de atendimento descentralizado em 9 núcleos regionais e à capacitação dos servidores, como forma de criar condições favoráveis ao aprimoramento contínuo da qualidade dos serviços prestados.

Dirigidos prioritariamente aos cidadãos, grupos e famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, os serviços prestados mantiveram-se organizados, de acordo com as proteções afiançadas na política nacional, em dois níveis de proteção social: básica e especial, tendo o território como espaço de expressão da cidadania e reconquista dos direitos sociais.

Classificam-se como serviços de Proteção Social Básica os que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos, destinados à população em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos, com o objetivo de prevenir as situações de risco.

Nos Centros de Referência da Assistência Social são executados os serviços de proteção social básica, de organização e coordenação da rede de serviços socioassistenciais localizados em suas áreas de abrangência. Os serviços foram organizados nos seguintes eixos de atuação: atendimento social e/ou acompanhamento familiar, atendimento a grupos de famílias, indivíduos e comunitários, capacitação profissional, ações de geração de renda e potencialização da rede socioassistencial.

Classificam-se como serviços de Proteção Social Especial os destinados às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, entre outros. Esses serviços estão subdivididos, conforme seu grau de complexidade. Média complexidade: oferecem atendimento a famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários, entretanto, não foram rompidos, requerendo maior estruturação técnico-operacional, atenção especializada e de acompanhamento sistemático e monitorado. Alta complexidade: garantem proteção integral, como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos, que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça e necessitam ser retirados do seu núcleo familiar ou comunitário.

A FAS tem como missão atual coordenar e implementar a Política de Assistência Social no município, para a proteção social de famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.

4.4 Programas municipais de atendimento à população

A FAS tem coordenado e estimulado diversos programas, como Programa Capacitação do Adolescente, Programa Disque-Solidariedade, Programa Direito da Família, Programa Vale-Vovó, sendo objeto de estudo deste trabalho os seguintes programas: Liceu de Ofícios, Criança quer futuro não quer esmola, Empório Metropolitano, Amigo Curitibano e Curitiba Solidária.

O Liceu de Ofícios é um programa composto por unidades educacionais destinadas à qualificação profissional, desenvolvendo desde habilidades básicas até específicas e de gestão, visando à inserção dos atendidos no mercado de trabalho.

Atualmente, os Liceus espalhados pela cidade abrangem 17 (dezessete) áreas que variam de informática a corte e costura, de gastronomia a eletrônica, entre outras áreas. O logotipo do programa pode ser visto na Figura 6.

Figura 6 – Logotipo do Programa Liceu de Ofícios

Desde 2004, o Liceu de Ofícios tem aumentado o número de pessoas atendidas na capacitação profissional, conforme ilustra o Gráfico 1.

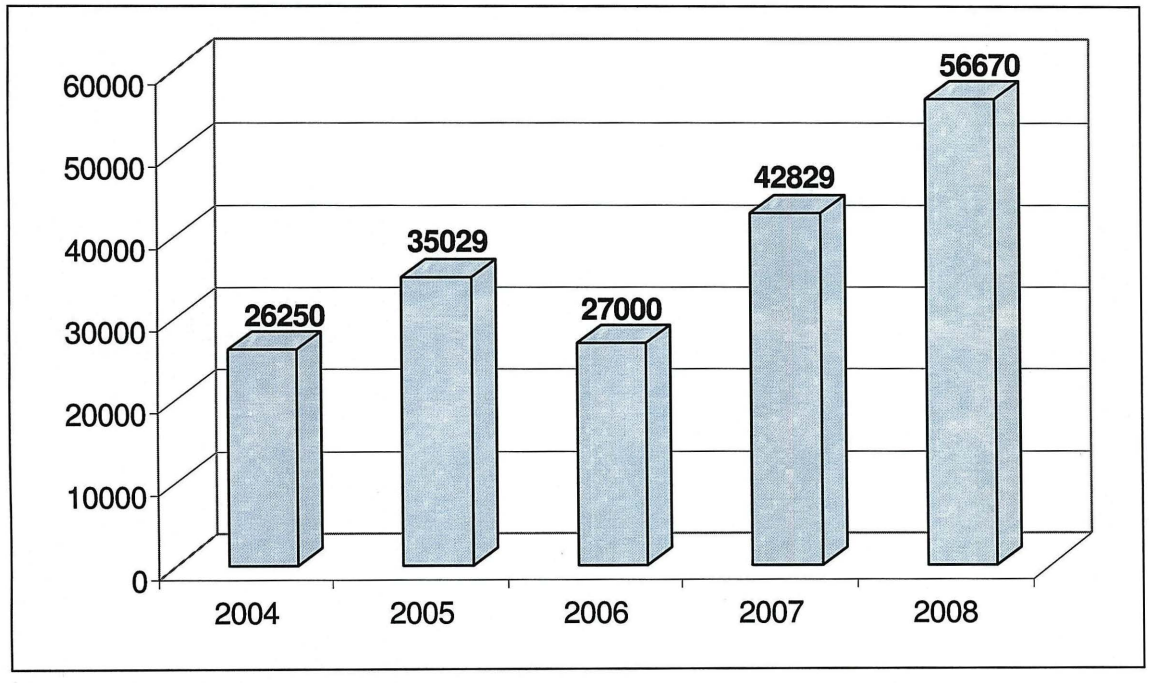

Gráfico 1 – Número de atendimentos de Capacitação Profissional nos Liceus de Ofícios de 2004 à 2008

O Programa Criança quer futuro não quer esmola é um programa que tem por objeto o incentivo à doação de recursos financeiros por parte de empresas e pessoas físicas aos Projetos que a FAS apóia. Os valores referentes à doação, podem ser deduzidos os valores no imposto de renda dos doadores, respeitados os limites legais de dedução. O logotipo do programa pode ser visto na figura 7.

Figura 7 – Logotipo do Programa Criança quer futuro não quer esmola

Através da doação, é mantido o Centro de Convivência Criança quer Futuro, que em 2008 atendeu aproximadamente 400 crianças e adolescentes em situação de rua, realizando abordagem de busca ativa nas ruas e logradouros da cidade.

O programa Empório Metropolitano visa proporcionar oportunidades de geração de renda familiar, mediante ao apoio a produção de produtos semi-industriais e artesanais. O logotipo do programa pode ser visto na Figura 8.

Figura 8 – Logotipo do Programa Empório Metropolitano

O Empório Metropolitano tem aumentado o número de produtores cadastrados ano a ano, chegando em 2008 a 3.630 produtores cadastrados, o que representa um aumento de 23% em comparação com 2006, conforme ilustra o Gráfico 2. Segundo o Relatório de Gestão de 2008, o Empório Metropolitano disponibilizou apoio de qualificação na área gerencial, comercial e de produção, de pontos de vendas aos produtos e a possibilidade de participação em feiras e exposições para os produtores cadastrados. Ainda em 2008, foram mantidas 8 lojas para venda de produtos de 233 produtores e cerca de 225 produtores participaram de cursos de aprimoramento.

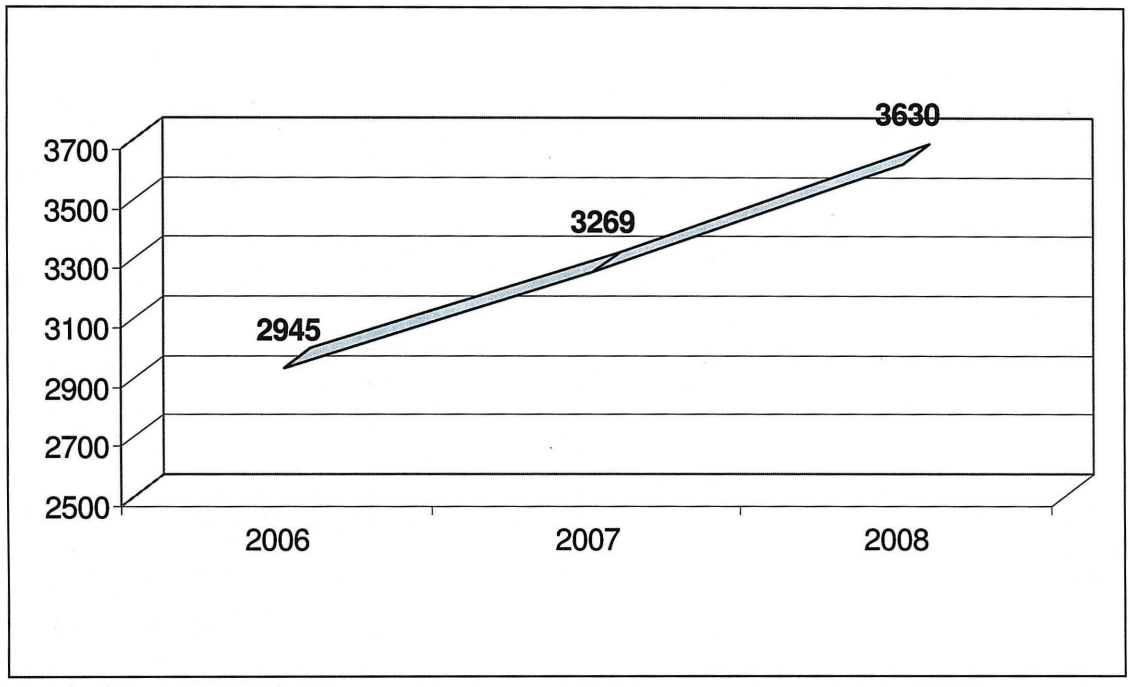

Gráfico 2 – Número de produtores cadastrados no Programa Empório Metropolitano de 2006 à 2008

Amigo Curitibano é um programa voltado para os portadores de necessidades especiais que tem por objetivo adoções de medidas preventivas, assistências e reabilitadoras visando sempre a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Este programa tem como marca a intersetorialidade pois conta com várias instituições participantes. O logotipo do programa pode ser visto na figura 9.

Figura 9 – Logotipo do Programa Amigo Curitibano

Como resultados apresentados no Relatório de Gestão de 2008, o Programa Amigo Curitibano manteve em funcionamento dois centros de convivência para pessoa com deficiência, conhecidos como Espaços Amigo Curitibano, sendo um na regional Matriz e outro na Regional Boqueirão. Através de convênios, o Programa atingiu 2144 atendimentos à pessoas com deficiência que, em relação a 2007, representa um aumento de 84% no número de atendimentos.

O programa Curitiba Solidária visa uma série de ações de estímulo ao voluntariado em Curitiba paralelamente a integração do empresariado curitibano, no

sentido de estimular as parcerias com os vários segmentos da sociedade civil organizada. O logotipo do Programa pode ser visto na figura 10.

Figura 10 – Logotipo do Programa Curitiba Solidária

Em 2008, o número de voluntários atuando em ações da Prefeitura Municipal de Curitiba por meio do Programa Curitiba Solidária atingiu 2.068, o que representa um significativo aumento desde 2006, quando começou a ser contabilizado os resultados nos Relatórios de Gestão, conforme demonstra o Gráfico 3.

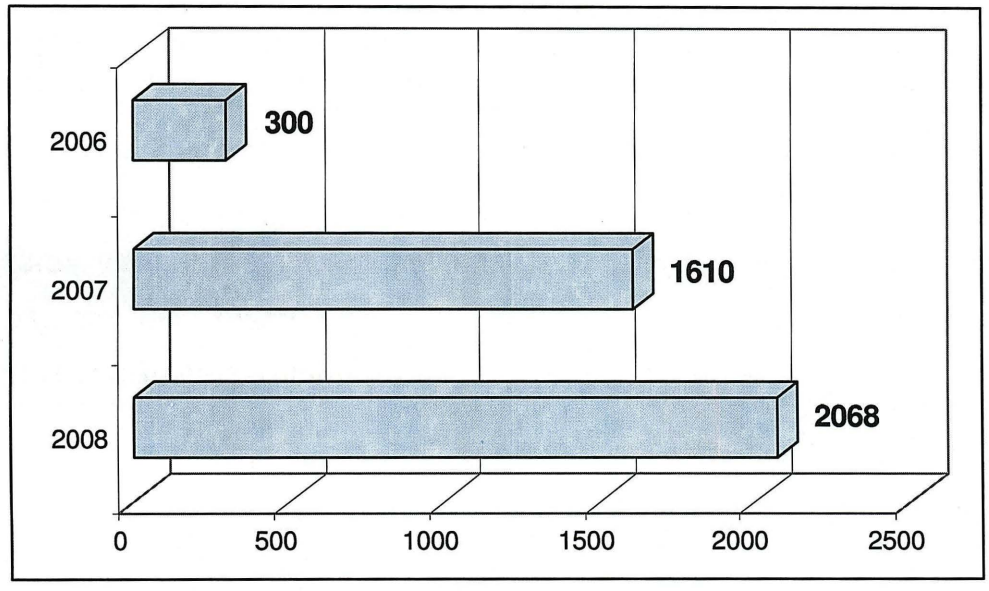

Gráfico 3 – Número de voluntários do Programa Curitiba Solidária de 2006 à 2008

Além dos projetos já explicitados, a FAS apóia diversos outros projetos desenvolvidos pela própria comunidade os quais tenham por objeto o atendimento à população. Esse apoio acontece mediante parcerias do poder público municipal com lideranças comunitárias, associações de bairro, organizações não-governamentais e outros tipos de parcerias com agente financiadores.

4.5 Resultados da Gestão Descentralizada da FAS

Além dos resultados demonstrados anteriormente programa à programa, considerando os resultados a partir de 2005, ano de implantação e consolidação dos CRASs, houve um significativo avanço nos resultados da FAS. Um importante índice a ser mostrado é o número de atendimentos realizados às famílias na rede de proteção social básica, que pode ser visualizado no Gráfico 4.

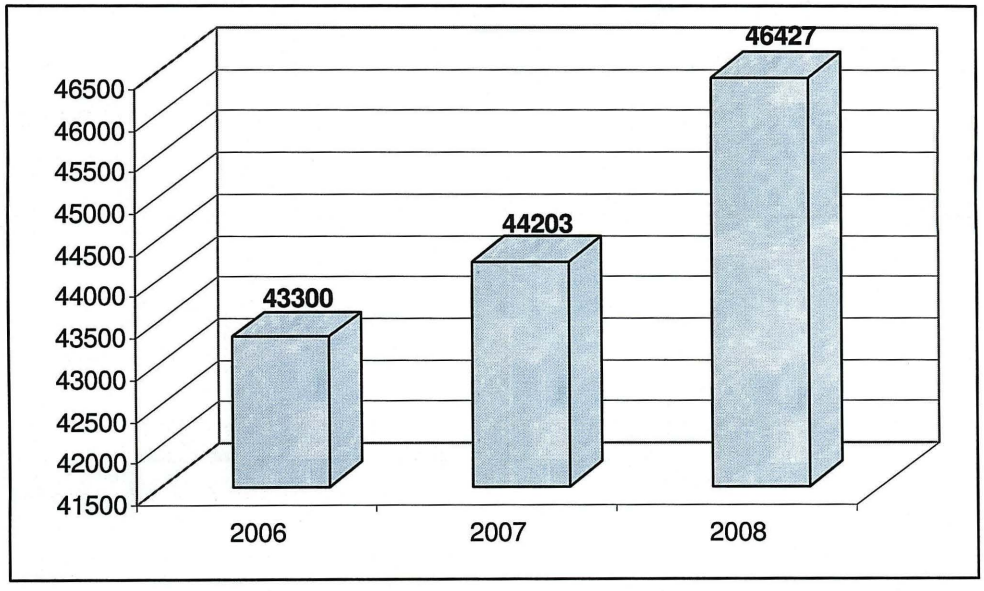

Gráfico 4 – Número de atendimentos às famílias na rede de proteção social básica de 2006 à 2008

Nota-se um aumento de 3.127 atendimentos de 2006 para 2008 o que indica que a descentralização tem propiciado melhores condições de aproximação da população alvo e ainda se deve considerar que esse número é referente a famílias, ou seja, o público-alvo atingido é em média 4 vezes o número de atendimentos.

Tendo em vista a mudança de foco para a família, os dados relativos ao Cadastro Único do Governo Federal se demonstram extremamente relevantes e, sendo assim, no ano de 2008, Curitiba alcançou 98.528 famílias cadastradas. O cadastro em si já demonstra a efetividade da ação descentralizada da FAS, pois, segundo Ana Luisa, "pessoas que antes não acessavam, que recebiam o bolsa família ou às vezes nem recebiam porque não tinham condições, não chegava a informação até eles, não chegava o cadastramento e que hoje têm uma porta aberta no meio da comunidade onde eles procuram, tem fácil acesso, vão e voltam".

Ilustra ainda o sucesso da gestão descentralizada o reconhecimento nacional da FAS como referência na gestão pública de assistência social, tendo em 2008 recebido o Prêmio Práticas Inovadoras da Gestão do Programa Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social com a experiência intitulada "O Processo de implantação dos CRASs em Curitiba" e o "Protocolo das Ações do Programa de Atenção à Família".

Contudo, em termos de resultados, conforme afirma Ana Luisa, "é incipiente, a gente sabe que é um processo novo, [...] começou em 2005, [...] considerando a história da assistência e a realidade do país".

5 CONCLUSÃO

Após a conceituação de gestão descentralizada e de assistência social, confrontando com o histórico e atual situação da Fundação de Ação Social de Curitiba – FAS, foi verificado como esta prática administrativa tem sido importante para o desenvolvimento e ampliação da política de assistência social de Curitiba.

Tal política tem se mostrado tão cheia de êxito que vários outros municípios procuram a FAS para aprender e trocar experiências, configurando-se assim a FAS como referência nacional na atuação e na gestão administrativa. Grande parte desse sucesso tem origem na gestão descentralizada pois estando mais perto da comunidade, aprendendo com ela, torna o serviço e os programas mais identificados com a população que se sente ativa no processo de construção da política social do município.

Os resultados abordados no presente estudo comprovam principalmente que com a criação e implementação dos CRASs houve um real salto de qualidade no atendimento da população, aliado a este fator, o aumento e qualificação do quadro de servidores da FAS possibilitou aumentos significativos no números de atendimentos. Outro fator importante de influência na melhora dos números diz respeito ao foco familiar que a assistência social adotou porque com este foco o técnico que visita a família encaminha cada membro para o programa que melhor se adapta e exige da família o compromisso de participação aos programas encaminhados, com isso, há sensível melhora nas condições de vida dos assistidos.

5.1 Dificuldades e sugestões

Como fator de dificuldade encontrado nesta pesquisa, ressalta-se a escassez de dados disponíveis.

Como sugestão de melhoramento da pesquisa, pode ser realizada uma ampliação do histórico da gestão descentralizada da FAS, a partir da década de 90, bem como o cruzamento da Política de Assistência Social com a atuação da FAS. Outro ponto a ser melhorado consiste na indicação de outros índices na análise de resultados.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CURITIBA. Lei Orgânica do Município de Curitiba. In: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba, 2008. Disponível em <http://www.cmc.pr.gov.br/down.php?arq_id=46>. Acesso em: 09 jan. 2009.

HAMPTON, David R. **Administração Contemporânea:** teoria, prática e casos. Tradução de Lauro Santos Blandy, Antonio C. Amaru Maximiano. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1992.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOBO, Thereza. **Política Social e Descentralização.** Projeto: A Política Social em tempo de crise. Articulação institucional e descentralização. Vol III. MPAS-CEPAL. Rio de Janeiro, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1996.

_____. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RELATÓRIOS DE GESTÃO MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba: Instituto Municipal de Administração Pública, 2004-2008. Disponível em <http://www.imap.org.br /q?=node/151>. Acesso em: 04 mai. 2009.

ROBBINS, Stephen Paul. **Administração: mudanças e perspectivas**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2002.

TEIXEIRA, S. M. F. **Descentralização dos serviços de saúde:** dimensões analíticas. Revista de Administração Pública, 2: 78-99, 1990.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UGA, M. A. D. **Descentralização e democracia:** o outro lado da moeda. Planejamento e Políticas Públicas, 5: 87-104, 1991.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA NA FAS

Transcrição da entrevista realizada na Fundação de Ação Social de Curitiba com a Sra. Ana Luisa Suplicy Gonçalves, Coordenadora de Projetos da Diretoria de Planejamento da Fundação de Ação Social de Curitiba tendo como entrevistador Marcelo Rodrigues da Silva.

Marcelo: Como foi o início da descentralização?

Ana: [...] A descentralização começou em 1990 da Prefeitura como um todo quando se dividiu em Administrações Regionais, os administradores regionais são os representantes do Prefeito para uma determinada área de abrangência da cidade. [...]

Marcelo: É um cargo de confiança do Prefeito ou é eleito pela própria comunidade?

Ana: Não, é um funcionário. É um cargo indicado pelo prefeito ou um funcionário da Prefeitura. Mas a questão da comunidade tem, há 7 ou 8 anos atrás, tem ganhado bastante força, inclusive todos os projetos financiados ou a maioria dos agentes financiadores pedem que a comunidade participe desde a elaboração do projeto [...]. Nós temos alguns projetos em parceria com a Caixa Econômica, na verdade projetos financiados pelo Ministério das Cidades e a Caixa Econômica faz a supervisão. Então, é um projeto de relocação de regularização fundiária, mas para a família ser relocada eles exigem não só a relocação pura e simples, tem todo um trabalho de acompanhamento comunitário [...].

No mapa tem as regionais, são nove hoje, a Regional do CIC foi criada em 2005 nesta última gestão, antes ela não existia, uma parte fazia parte da Regional do Pinheirinho, uma parte do Bairro Novo e uma parte do Portão então como aqui tem um agrupamento de pessoas que estão precisando de serviços e cresceu muito na realidade se criou esta administração também.

Marcelo: As outras oito foi já em 90?

Ana: Em 90, em 90 foi dividida em 8 a cidade, [...] cada núcleo regional tem sua administração, onde o representante do prefeito é o administrador regional e concentra a maioria das secretarias e outros órgãos da prefeitura, então, normalmente em Rua da Cidadania. Hoje tem, um exemplo a Rua da Cidadania da Fazendinha que é da Regional do Portão, tem a FAS, tem o Núcleo de Educação,

Núcleo da Saúde, Núcleo de Esporte e Lazer, a Secretaria do Meio Ambiente ainda não está nas Ruas da Cidadania [...].

Para nós, temos uma grande dificuldade em desenvolvimento de projetos, a tendência é que não tenha base física mas tenha pessoas que, principalmente as pessoas que a FAS atua que são pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, não tem condições de ir até a Secretaria de Meio Ambiente então, as pessoas se deslocam até as situações para atender.

A Secretaria Anti-Drogas que foi criada este ano também ainda não está descentralizada e as outras secretarias todas estão.

Então nas Ruas da Cidadania estão presentes todos estes serviços.

Na parte da assistência, mais na proposta do seu trabalho especificamente, surgiu a proposta dos Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS [...].

Em 2002, no Cajuru, foi implantada a primeira NAF – Núcleo de Apoio à Família, é um espaço descentralizado. Além disso, você sabe, a Rua da Cidadania do Cajuru, você sabe onde fica, mas você sabe o tamanho da área de abrangência lá, o Acrópole, Vila Trindade, Autódromo, algumas pessoas não tem nem vale-transporte para ir até a Rua da Cidadania, então, a idéia é chegar mais perto do cidadão que precisava da assistência e surgiu aí o primeiro Núcleo de Apoio à Família. Mas era um trabalho bem focado ali no território, pequeno ainda, incipiente, começando a trabalhar.

Depois em 2003 foram criados mais quatro e em 2004 o nome mudou para Centro de Referência da Família. Em outubro de 2004, foi consolidada uma nova política de assistência social. A gente tem o histórico da assistência social antes da Constituição de 1988, a assistência não era uma política pública, ela era muito vista como assistencialismo, caridade, benesses. Com a constituição, ela foi alçada a categoria de política pública junto com a saúde e a previdência social formando o tripé da seguridade social. Isso em 1988, em 1993 veio a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social que regulamenta o que consta na constituição e já existia uma política nacional que foi reformulada em 2004.

Marcelo: A LOAS é federal?

Ana: É, a LOAS é federal.

Marcelo: Mas aí cada estado e município têm que fazer uma lei própria ou não?

Ana: Não, o município tem seu plano de ação, seguindo as diretrizes da política nacional. Essas diretrizes que você viu no site, a gente adapta à nossa realidade é claro, mas a gente respeita a política nacional. Então nossas diretrizes são com base nas diretrizes nacionais de 2004. E essa política propôs a criação do SUAS que é o Sistema Único de Assistência Social.

Como na saúde tem o SUS que todo mundo já conhece, já sabe como funciona, tem as Unidades de Saúde descentralizadas, que você sabe que para ser atendido você não pode ir na Unidade de Saúde de Santa Felicidade, tem que ir próximo à sua residência, para a Assistência está num processo de implantação desde 2004 do Sistema Único de Assistência com o objetivo de, no Brasil inteiro, de você bater na porta de uma Unidade de Assistência e você ser atendido da mesma forma, respeitando as características do lugar mas as mesmas diretrizes.

Este Sistema Único foi implantado em 2004, em 2005 saiu uma norma operacional também federal que regulamentava o Sistema Único, estabelecendo níveis de gestão dos municípios. Então, aqueles municípios que comprovavam uma certa estrutura estavam em gestão inicial. Tinha gestão inicial, básica e plena. Na inicial com menos subsídios, na básica um pouco mais e na plena o município tem autonomia total para gestão de seus recursos. Curitiba está em gestão plena. Nós temos alguns requisitos para conseguir esta habilitação em gestão plena. Um deles é, sendo metrópole, a gente tinha que ter pelo menos oito CRAS em funcionamento. A questão do atendimento às famílias do Bolsa Família também, não só a parte de recurso mas o atendimento. Enfim, uma série de requisitos que a gente comprovou ter, na rede de proteção especial também que eu já detalho para você e o resultado é a gestão plena e com isso nós ganhamos alguns incentivos que é o repasse maior de recursos e uma maior autonomia para gerir as nossas ações.

A gente diz que a FAS aqui é o órgão gestor social do município então nós coordenamos este processo junto às unidades governamentais e não governamentais também.

O objetivo do SUAS é que, inclusive as não-governamentais, cada uma na sua especificidade, mas atuem com as mesmas diretrizes. A questão da importância do foco na família, focar no território, ver as peculiaridades do território, não mais conceder benefício pelo benefício mas trazer o papel da família como primeira protetora de seus membros, isso, nós já estamos atuando assim e as instituições não-governamentais estão indo para o mesmo caminho, orientadas pelas FAS.

Coincidiu com a mudança de gestão esta nova política, foi final de 2004 e em 2005 já mudou a gestão. Então nós pegamos um processo onde nós trabalhávamos, e eu trabalhei desde essa época como funcionária, muito focado em programas e em segmentos, então tinha o programa que atendia o idoso, o programa que atendia a criança, o programa que atendia a pessoa com deficiência, e com a proposta do SUAS é trabalhar não mais por programa mas por família e aí o CRAS tem papel importante.

Em 2005 mesmo, quando nós viabilizamos a gestão plena, tínhamos oito CRAS em funcionamento e hoje nós temos 25 espalhados pela cidade, deixa eu te mostrar o mapa atualizado. Os mais escuros são os CRAS e os mais claros são as Unidades de Atendimento. Se a gente olhar o Cajuru ele tem três CRAS e quatro Unidades de Atendimento, tudo na área de proteção social básica.

Funciona assim, a assistência divide as ações em proteção social básica, são para aquelas famílias que estão vulneráveis que por algum fator elas podem vir a cair em situação de risco, então se elas têm uma renda muito baixa, ou moram em uma área de difícil acesso a equipamentos públicos, ou se tem muitas crianças na família, ou idoso, ou pessoa com deficiência, isso caracteriza que ela está vulnerável mas ela ainda não está em risco então essas ações de proteção social básica são para prevenir que ela caia num risco de violência, de abandono, de trabalho infantil, de drogas. A partir daí já é considerado em situação de risco. [...] Nos CRAS é feito o trabalho de prevenção, a gente chama de a porta de entrada da assistência social e eles ficam nas regiões onde precisa mais [...].

Hoje nossas ruas da cidadania, o nosso núcleo da FAS nas Ruas da Cidadania foi transformado em CRAS, uma parte do núcleo também é um CRAS. Então, por exemplo, se você morar no Autódromo e for até a rua da Cidadania para ser atendido, não é lá o seu local, como na Unidade de Saúde, a gente mapeou as pessoas e cada CRAS tem sua área de abrangência.

Marcelo: Como é percebido os resultados da descentralização?

Ana: [...] Você falou de resultados, a gente tem percebido é que a demanda tem aumentado muito com a descentralização e isso é um resultado bem positivo para nós, dá muito mais trabalho, requer muito mais recursos e por isso nós ampliamos nosso quadro de pessoal bastante, mas o que nós estamos vendo é que pessoas que antes não acessavam, que recebiam o bolsa família ou as vezes nem

recebiam porque não tinham condições, não chegava a informação até ele, não chegava o cadastramento e que hoje tem uma porta aberta no meio da comunidade onde eles procuram, tem fácil acesso, vão e voltam. Outro dia até uma Coordenadora Regional me contou que foi uma pessoa lá se esconder de outro que queria bater nela e aí o outro não entrou lá. [...]

Os técnicos que estão na área recebem um adicional de risco, eles estão próximos e tem que estar porque não adianta você ficar sentado em uma cadeira lá na Rua da Cidadania e as demandas da população não chegarem até ele.

De resultados isso é incipiente, a gente sabe que é um processo, não tão novo assim pois começou em 2005, mas é relativamente novo, considerando a história da assistência e a realidade do país, a gente tem sido referência para outros municípios, eles tem vindo nos visitar para ver como a gente está atuando e agora a gente acabou de escrever um protocolo de atendimento nos CRAS. Então, os procedimentos básicos, tudo que tem que ter, para chegar em qualquer CRAS vai ser atendido, passar por uma entrevista, vai ter uma reunião de acolhida, depois é feito um plano de ação com a família e acaba aquela coisa do Estado pegar no colo, ser responsável por tudo. A gente oferece mas se a família não se compromete ela também não se engaja no processo e não tem resultado. Então a gente faz um plano de ação conjunta, o que é importante para você dar um salto, sair desta situação. Então a FAS vai entrar com cursos profissionalizantes, vai entrar com um benefício eventual, uma cesta básica, alguma outra coisa, mas o que a família vai entrar? A família se compromete a levar o filho na escola, a levar na Unidade de Saúde, freqüentar os cursos porque muitas vezes fazem a matrícula e não aparecem e depois voltam na FAS e dizem: - Vocês não me dão nada! Então, mudando um pouco esta cultura de que o Estado banca enquanto isto eu não sou responsável pela minha família.

A gente chama de co-responsabilidade e não é um processo de tirar a responsabilidade do Estado, mas a gente têm a ciência que para obter resultados efetivos e quando envolve a família também, ou seja, a família tem que se comprometer.

Estas unidades em branco aqui são as Unidades de Atendimento, isso só existe em Curitiba, uma figura que a gente criou aqui além dos CRAS. [...]

No caso da Regional do Pinheirinho tem um CRAS que é referência para a região mas mesmo assim havia dificuldades das pessoas saírem de determinada

área e irem até o CRAS. Esta determinada área é irregular e não tinha como a gente pôr um equipamento público, então a gente fez uma parceria com uma igreja, a gente usa o salão da Igreja e tem uma equipe lá, esta equipe é subordinada ao CRAS mas faz o atendimento lá onde está a população. Então, além dos CRAS nós temos as Unidades de Atendimento. Isso tudo na área de proteção social básica.

Na área de proteção social especial, a área que trabalha com as pessoas em situação de risco já, a gente tem a central de resgate social que trabalha com a população de rua, o trabalho infantil. Tem a média complexidade, pessoas em risco que tem vínculos familiares e alta complexidade, aqueles que precisam ser afastados do núcleo familiar ou comunitário, como é o caso de mulheres vítimas de violência que precisam morar temporariamente em um abrigo, os idosos que já não tem vínculos e tem doenças crônicas e precisam de instituições de longa permanência que tem toda a parte de moradia, higiene, refeições, [...] então esta é a proteção especial.

A proteção especial está no processo de início da descentralização [...], mas a proposta da proteção especial não é ir lá para o meio da comunidade, até porque não adianta ter uma porta aberta para a pessoa ir lá dizer que o filho sofreu uma violência sexual, por exemplo, lá na comunidade, porque existe toda a questão do sigilo mas a idéia hoje é que a gente tem um CREAS, um Centro de Referência Especializada da Assistência Social que trabalha com mulheres, crianças e idosos vítimas de violência e fica no Centro e em cada núcleo regional a gente tem Serviços de Proteção Especial [...] que trabalham com adolescentes que infringem a lei, pessoas que estão em situação de rua, o trabalho infantil, o vitimizado. Isso tem nos núcleos, então, a gente está estruturando este núcleos para funcionarem como Centros de Referência Especializada também.

Para a próxima gestão, provavelmente, a gente vai ter em cada Núcleo Regional um CREAS, além deste que já existe. [...]

Com relação ainda aos resultados, foi criado e está começando a ser utilizado o índice de vulnerabilidade social das famílias. Existe uma questão no Brasil todo, cada Secretaria trabalha com um critério de vulnerabilidade. Antes, o público da FAS era uma população que recebia até 3 salários mínimos familiares só que isto gerava muita distorção, assim, prioritariamente, porque temos muitas pessoas que, como os idosos que pertencem a classes altas mas são vítimas de violência em casa, então eles estão em situação de risco. Então, a gente não pode só usar o padrão renda, o

padrão renda já era distorcido, porque uma família que tem uma pessoa e uma família que tem 10 dá uma diferença enorme. Então, o governo federal deu alguns indicativos de vulnerabilidade mas cada município estava trabalhando de um jeito, então a gente sentindo esta dificuldade, até para medir qual o objetivo final nosso? É ver quantas pessoas superaram esta situação de vulnerabilidade e de risco e a assistência não tem uma história de medir resultados por números, a gente sabe de muitos depoimentos do idoso que está participando de grupo de convivência e parou de ir no médico porque a saúde melhorou, ou seja, depoimentos mas números... A gente tem número de atendimentos, quantas pessoas foram capacitadas nos liceus de ofícios, por exemplo, é um número super importante, a gente conseguiu qualificar um número X de pessoas, é um número expressivo, mas destas quantas efetivamente mudaram sua vida?

Nestes casos como a gente vai medir? A gente tem pesquisas isoladas, o Liceu é um que tem uma pesquisa que existe um percentual significativo que aumentou sua renda a partir do Liceu, mas da ação da FAS como um todo a gente não tinha como medir, então a gente construiu este índice.

Este índice é baseado, tem o Cadastro Único que é o cadastro do governo federal que as pessoas procuram para o Bolsa Família, que na verdade para nós tem uma utilidade muito maior que apenas o Bolsa Família, nós temos 90 mil pessoas cadastradas hoje e dessas pessoas a gente estabeleceu alguns indicadores que cruzados vão dar o índice de vulnerabilidade da família. Então, [...] como exemplos, se a pessoa tem idosos na família é X pontos, se a renda é de ¼ de salário mínimo que é caracterizado como medida de pobreza X pontos, se mora numa moradia em área de invasão mais X pontos, somando estes pontos ele é classificado como nível baixo, médio ou alto de vulnerabilidade.

Então, a intenção é, hoje a gente tem essas 90 mil famílias, por que é que foi usado o cadastro único? Porque o cadastro único é um instrumento que a gente está atualizando sempre, não adianta a gente pegar dados do IBGE porque a gente sabe que os dados do IBGE não terão todas as variáveis que a gente quer e são dados de 2000, então não adianta medir a situação hoje porque daqui a três anos já não adiantou nada. Então do cadastro único a gente tem um perfil hoje de como estão as famílias, por enquanto a gente está fazendo em projetos pontuais, como o projeto lá do Tatuquara a gente está usando o cadastro único para trabalhar com uma população de 150 jovens, quando terminar o projeto daqui a 15 meses, a gente vai

ver como é que está o índice, não se melhorou a renda simplesmente mas se ela pulou de alta vulnerabilidade para média vulnerabilidade, ou se sai da situação de vulnerabilidade, para ver até que ponto a gente está tendo uma ação efetiva junto a esta população. Este índice vai ser o grande instrumento de monitoramento e avaliação.

Marcelo: Este índice está sendo construído pela FAS ou pelo Brasil inteiro?

Ana: Não, já foi construído e está sendo aplicado. A gente está fazendo pilotos por enquanto, foi construído pela FAS em conjunto com o IPPUC que é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

Marcelo: É referência para o resto do Brasil?

Ana: Pois é, até foi uma coincidência porque assim que nós lançamos o nosso, o Ministério do Desenvolvimento Social também lançou um, que era um pedido que todos os municípios faziam. A gente estava estudando, estudando e como a gente tinha esta necessidade nós criamos o nosso aqui. E o Ministério agora criou um, até eles vieram aqui numa Conferência aqui em 2007, a gente apresentou este índice, eles levaram e a gente acha até que eles tomaram como base, porque eles procuram muito a gente para orientações, para trocar experiências. O Governo do Estado agora também tem procurado a gente, a gente está próximo.

Mas o índice do Governo Federal por enquanto nós não podemos utilizar porque não tem família a família.

Por exemplo, uma das variáveis é criança pequena fora da escola, a gente identifica uma família que tem criança fora da escola, a gente já está em negociação com a Secretaria de Educação, para passar o nome desta família, vai na casa desta família e vai colocar este criança dentro da Escola. Quer dizer, não vai arrancar de dentro de casa, vai ter todo um trabalho, porque as vezes a criança está fora da escola porque a mãe está numa situação tão difícil que não consegue ir até a escola ou não sabe onde é que tem vaga, então é proporcionar para essa população acesso não só aos serviços de assistência social mas de toda área pública da Prefeitura Municipal de Curitiba. [...]

A gente sabe que tem muitas coisas, além destas variáveis que estão no índice que também contam, por exemplo, não tem no índice os idosos que pararam de ir no posto de saúde porque é uma variável que não tem no cadastro único, não se faz esta pergunta, então não tem como medir de 90 mil pessoas, é só pesquisa mesmo. Então, em alguns casos a gente trabalha com um grupo de famílias, foi feito

uma pesquisa no começo da participação e depois no final da participação para perguntar questões bem subjetivas mesmo, relacionadas com a auto-estima por exemplo, não se melhorou a auto-estima porque as vezes a pessoa nem sabe o que é auto-estima, mas se a pessoa começou a sair mais, como está o relacionamento com os vizinhos, o que ela faz com o lixo, toda a questão de educação ambiental. Então sempre vai ter na área da assistência essa questão subjetiva que a gente não pode desconsiderar e só quem está lá na ponta que vê a mudança de comportamento. [...]

Mas, infelizmente, a gente está pondo recurso e a gente precisa ver resultado, senão a gente vai pegar outro caminho e o que a gente pode dizer sobre a descentralização o resultado é que o acesso das famílias ampliou bastante.

Marcelo: Com relação aos programas existentes, você acha que a política atual vai mais para as famílias e menos para os programas?

Ana: Não, os programas vão continuar existindo, mas o que acontecia a gente tinha um técnico, de nível superior, por exemplo, responsável pelo idoso. O que muda é a forma de abordagem. O técnico hoje no CRAS é responsável por um determinado número de famílias. Então eu tenho em cada CRAS uma média de 5 mil famílias referenciadas e uma equipe de 4 técnicos. Então eu tenho cerca de 1250 famílias sob minha responsabilidade. O acompanhamento daquela família, desde o plano de ação, o acompanhamento, a visita domiciliar, se vou inserir ela em um grupo, é meu, eu sou a referência para ela me procurar no CRAS e até depois para medir os resultados. Não é assim vai lá e o primeiro que atender, atendeu.

[...] Mas o atendimento individualizado para acompanhar este plano de ação é do técnico de referência daquela família.

E antes era o técnico responsável pelo programa do idoso, por exemplo, [...] este técnico ia na casa do idoso fazer a visita, via todas as questões com relação ao idoso e se tinha uma criança ali que estava em trabalho infantil era acionado outro técnico para ir cuidar daquela criança e hoje não, hoje o técnico referência da família entra na casa encaminha o idoso para um programa, [...] daí sim, lá no programa ele vai ter o atendimento no grupo com outro técnico, ele encaminha o marido para um curso ou se você tem uma vítima de violência aciona a proteção especial, então é ele que vai proteger aquela família, a gente chama de proteção social.

Esta é a tendência, não é acabar com os programas mas o foco, a abordagem, a forma de abordagem. [...]

Marcelo: A questão da estrutura de poder, como funciona? Quem toma as decisões em nível orçamentário e no nível de cada família? O técnico quando chega na família ele tem total liberdade para decidir?

Ana: Orçamentário não. Na verdade, a Regional tem uma estrutura [...] tem o coordenador regional, abaixo do coordenador tem a gerência de proteção social básica e a gerência de proteção especial.

Aqui estão todos os equipamentos, as unidades ligadas a proteção especial, os abrigos, a questão do trabalho de abordagem de rua, os vitimizados, então os técnicos estão subordinados a esta gerência.

Aqui, os CRAS e a eles ligados as unidades de atendimento que eu te mostrei no mapa.

Então, na gerência de proteção social básica, esta gerência faz uma análise periódica junto aos coordenadores dos CRAS, daí cada CRAS tem um coordenador e tem quatro técnicos sob sua supervisão. Então se eu estou lá na família eu tenho uma formação técnica que me permite desenvolver um trabalho técnico, não precisa perguntar para o coordenador o que fazer.

Existem reuniões periódicas de supervisão, de orientação, tirar dúvidas, trocar experiências. Só que, é como eu falei do protocolo para você, um CRAS tem os procedimentos, no próprio site tem as diretrizes da FAS então os técnicos tem autonomia sim, sob orientação deste coordenador aqui, que por sua vez segue as diretrizes da FAS.

Com relação a parte financeira, tem um grupo aqui na sede que é composto pelas diretorias porque a regional não recebe recurso na mão, este grupo organiza os recursos com base normalmente no número de famílias vulneráveis para cada território, então, por exemplo, este CRAS vai receber recursos para X grupos mas quem vai me dizer o que eles querem comprar para os grupos são os técnicos. [..] Eles vão dizer o que é necessário para trabalhar com um grupo de convivência, material de artesanato, material didático, material de higiene, etc., especificam o que querem, o percentual é dividido normalmente de acordo com o número de famílias ou de acordo com a demanda.

Então a distribuição de recursos é feito aqui pela sede mas sempre de acordo com a demanda trazidas das regionais.

Aqui na sede também tem uma hierarquia, tem a presidente, tem o chefe de gabinete e as diretorias, que são: a Diretoria de Proteção Social Básica, Diretoria de Proteção Social Especial e Diretoria de Geração de Trabalho e Renda. Eu esqueci que nas Regionais ainda tem os chefes de ações de geração de trabalho e renda, que cuida dos liceus e de outras ações de geração de trabalho e renda que tem na regional. Além destas, tem a Diretoria que é onde eu estou, que é a Diretoria de Planejamento e Monitoramento que é uma diretoria-meio, ou seja, não é uma diretoria-fim, tem outras diretorias meio. Além da Diretoria de Planejamento e Monitoramento e a Diretoria Administrativo-financeira.

Marcelo: Então, existem três diretorias que estão diretamente ligadas ao "negócio" da FAS?

Ana: É, aqui a gente fala que são diretorias-fim. A diretoria de planejamento, como a gente é responsável pela diretoria de projetos, a gente nunca faz projeto sozinhos, a gente sempre as outras diretorias e quando é um projeto de interesse de um núcleo, a gente chama o gerente do núcleo.

Marcelo: E a comunidade, onde ela entra?

Ana: Olha, a gente faz periodicamente audiências públicas, então todo ano é feito a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO onde são colocadas as prioridades para o próximo ano, depois de elaborada uma preliminar desta lei a comunidade é chamada nas administrações regionais e diz: aqui está precisando de mais um CRAS, aqui está precisando disso, daquilo. Isto é estudado porque não é uma pessoa que vai definir a construção de um liceu por exemplo, isto é estudado junto a comunidade, é negociado. A gente tem conseguido negociar, a comunidade entende quando é uma demanda de uma pessoa só.

A gente acrescenta coisas nesta LDO com a consulta à comunidade. Isto a nível mais geral, mais macro.

Nas ações dos CRAS, dentro da comunidade, eles participam também. Então a gente está iniciando um processo financiado pelo Instituto Camargo Corrêa com os jovens no Tatuquara, um projeto de geração de renda. [...] Vai ser montado um grupo de produção mas nós não sabemos em que área ainda, isto vai ser feito uma consulta aos jovens para verem o que eles querem, à comunidade como um todo [...] Eu tive uma experiência, aqui nesta diretorias a gente tem como característica que a maioria já trabalhou em área, então eu fui da Regional Boa Vista, coordenei a Regional lá, a gente fazia um trabalho com a comunidade da Vila Nori, uma

comunidade bem complicada, é fundo de vale, uma situação bem vulnerável. E nós entramos com todas as secretarias da Prefeitura, sem recurso, mas querendo ajudar, transparentes, colocando a idéia de "vamos fazer juntos". Desenhamos, estabelecemos algumas prioridades, e nós achávamos que a dificuldade de saneamento era a que mais iria aparecer, a Prefeitura iria entrar com tudo. Conversando com a comunidade, a primeira prioridade levantada foi o corte dos pinheiros, uma coisa que ninguém da Prefeitura tinha pensado, então eles que sabiam que quando chovia dos pinheiros caíam galhos nas casas, eles tinham medo e aí eles trouxeram isto e a gente conseguiu. Era um terreno particular, seria bem complicado conseguir a liberação do Meio Ambiente, mas o Meio Ambiente estava junto conosco e aí conseguimos fazer a poda dos pinheiros.

Este é um exemplo de demanda que veio da própria comunidade, melhorou muito a vida deles e a partir daí a gente começou a estabelecer outras prioridades em conjunto que a Prefeitura entrava com os serviços. Por exemplo, tinha uma via de acesso que as pessoas não conseguiam entrar com cadeiras de rodas e era complicado porque era um terreno particular e não tinha como a Prefeitura fazer, mas ao mesmo tempo precisava disso, era uma invasão antiga e até que se resolva vai deixar a família sem acesso? Então a comunidade fez um mutirão e a Prefeitura entrou com a orientação técnica dos engenheiros. [...]

Marcelo: A Prefeitura não tem uma secretaria de ação social?

Ana: Não, é a FAS mesmo que é responsável pela ação social de Curitiba e o Presidente é o mesmo nível de Secretário. É como a Fundação Cultural de Curitiba.

Marcelo: Hoje, não acontece de uma pessoa chegar na FAS mais perto dela e dizerem para ela "isso você tem que ir na Matriz para resolver"?

Ana: Não, só se ela for na Matriz (risos). Não, todos os serviços estão na ponta, como eu te falei, algumas coisas não dá para descentralizar, a parte de proteção social especial, mas o primeiro contato é sempre nos CRAS e nos serviços especiais que futuramente serão os CREAS. Agora se ela precisa colocar um idoso numa instituição de longa permanência, pode ser que ali próximo não tenha, nós não temos nem demanda nem fôlego suficiente para ter em todos os territórios, aí ela pode ser internada em outra regional. O atendimento à criança em situação de rua, nós temos um centro de convivência no Centro porque a maior concentração de população de rua está no Centro e as crianças dos bairros podem ser trazidas para este centro também.

Mas para você ter o acolhimento e o primeiro atendimento é sempre nas pontas, sempre descentralizado.